



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo

Brasil

NETTO, José Paulo
Capitalismo e barbárie contemporânea
Argumentum, vol. 4, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 202-222
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547480014>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ENSAIO

Capitalismo e barbárie contemporânea¹

Contemporary capitalism and barbarism

José Paulo NETTO

Esta intervenção, retomando e resumindo reflexões que venho desenvolvendo há alguns anos, tem como hipótese central a ideia de que o tardo-capitalismo (o capitalismo contemporâneo, resultado das transformações societárias ocorrentes desde os anos 1970 e posto no quadro da sua crise estrutural) esgotou as possibilidades civilizatórias que Marx identificou no capitalismo do século XIX e, ainda, que tal exaurimento deve-se a que o estágio atual da produção capitalista é necessariamente destrutivo (conforme o caracteriza István Mészáros). Este esgotamento, que incide sobre a totalidade da vida social, manifesta-se visivelmente na barbarização que se generaliza nas formações econômico-sociais tardo-capitalistas.

Entendo que uma face contemporânea da barbárie se expressa exatamente no trato que, nas políticas sociais, vem sendo conferido à “questão social” – por isto, iniciarei a minha exposição referenciando-a explicitamente. Em seguida, esboçarei umsumáriodas transformações societárias que estão na base da constituição do tardo-capitalismo e, na sequência, procurarei indicar, no marco da restauração capitalista que se verificou nos últimos trinta anos, os traços do que considero os constitutivos dessa face

contemporânea do barbarismo. Enfim, sinalizarei que a antiga escolha entre *socialismo ou barbárie* é hoje dramaticamente atual.

Dada a natureza própria de uma comunicação deste gênero, em muitos passos serei obrigado a simplificações – que espero não comprometam substantivamente a minha argumentação.

E os mais informados certamente observarão que estou longe de qualquer originalidade: minha reflexão remete a um largo esforço teórico-analítico coletivo que vem sendo desenvolvido por pensadores os mais diversos nos últimos 30 anos. Meu trabalho se apóia sobre uma elaboração coletiva; mas, evidentemente, sou o único responsável pelas inferências aqui feitas. E, para bem ou para mal, expressam juízos que formulo a partir de uma perspectiva muito clara – para que ninguém se engane, permaneço, contra ventos e marés, como diria José Carlos Mariátegui, um marxista convicto e confesso.

Nos últimos vinte ou trinta anos, ideólogos social-democratas pretendiam ter descoberto um “fenômeno novo” nas sociedades dos países capitalistas centrais: a *nova pobreza* – perceptível em especial a partir da crise do *Welfare State*.

¹Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Principalmente na Europa Ocidental, produziu-se uma larga documentação sobre esta “novidade” (de que é paradigmática a elaboração de Pierre Rosanvallon) e foram postas no centro de significativos debates acadêmicos as polêmicas sobre uma pretensa *nova* “questão social”. Discretamente, essa documentação sugere que a *velha* “questão social” está anacronizada. Comecemos, pois, com esta última para, em seguida, voltar à pretensamente *nova*.

Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão “questão social” não tem uma origem remota: seu emprego data de menos de duzentos anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro ídeopolítico, do jovem comunista Friedrich Engels ao já maduro conservador Alexis de Tocqueville.

A expressão surgiu para dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: tratava-se do fenômeno do *pauperismo*. Com efeito, a pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação.

Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente da sua posição ídeopolítica, tornou-se claro que se

tratava mesmo de um *fenômeno novo*, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias classes e camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiqüíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava.

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente.

Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade capitalista, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez.

Numa palavra: a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o *pauperismo* – aparecia como *nova* precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. Este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais

evidente da *moderna* barbárie, a barbárie capitalista.

A designação deste pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, assumissem eles a *resignação* que o positivista Auguste Comte considerava “[...] a grande virtude cívica [...]” e a história subsequente haveria sido outra.

Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência *luddista* à constituição das *trade-unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes.

A partir da segunda metade do século XIX, a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ídeo-político – ela desliza, lenta, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador.

O divisor de águas, também aqui, é a revolução de 1848. De um lado, os eventos de 1848, fechando o ciclo progressista da ação de classe da burguesia, impedem, desde então, aos intelectuais a ela vinculados (enquanto seus representantes ideológicos) a compreensão dos nexos entre economia e sociedade – donde a interdição da compreensão da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperização. Posta em primeiro lugar, com

caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente *naturalizada*, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (que, aliás, tardou até mesmo a reconhecê-la como pertinente).

Entre os ideólogos conservadores laicos, as manifestações da “questão social” (acentuada desigualdade econômico-social, desemprego, fome, doenças, penúria, desproteção na velhice, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas etc.) passam a ser vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de *características inelimináveis de toda e qualquer ordem social*, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferentemente com suporte “científico”), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário *reformista* (aqui, o exemplo mais típico é oferecido por Durkheim e sua “escola” sociológica).

No caso do pensamento conservador confessional, reconhece-se a gravitação da “questão social” e se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insistindo-se em que somente a sua exacerbão contraria a “vontade divina” (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891).

Em qualquer dos dois casos – o que, aliás, explica a perfeita complementaridade político-prática dessas duas vertentes do conservadorismo –, mesmo as limitadas reformas sociais possíveis estão hipotecadas a uma *préviareforma moral do homem e da sociedade*. De fato, no âmbito do pen-

samento conservador, a “questão social”, numa operação simultânea à sua *naturalização*, é convertida em objeto de *ação moralizadora*.

E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo o mais, *a propriedade privada dos meios fundamentais de produção*. Mais precisamente: o trato das manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar estruturalmente a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar.

Mas a explosão de 1848 não afetou somente as expressões ideais (teóricas, culturais, ideológicas) do campo burguês. Ela feriu substantivamente as bases da cultura política que calçava até então o movimento dos trabalhadores: 1848, trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses das classes sociais fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo utopismo (o socialismo de um Owen, por exemplo). Desta dissolução resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão “questão social” seria função da subversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado de *classe em si* a *classe para si*.

As vanguardas operárias acederam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está *necessariamente* colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela. A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão “questão social”, uma tergiversação conservadora e a só empregá-la indicando este traço mistificador.

Consciência política, porém, não é o mesmo que consciência teórica – e o movimento dos trabalhadores tardaria ainda alguns anos a encontrar os instrumentos teóricos e metodológicos para apreender a gênese, a constituição e os processos de reprodução da “questão social”.

Se, já nas vésperas da eclosão de 1848, Marx avançava no rumo daquela apreensão – como se pode verificar nitidamente nas suas duas obras mais importantes então publicadas (na *Miséria da filosofia* e, em colaboração com F. Engels, no *Manifesto do partido comunista*) –, é apenas com a publicação, em 1867, do livro primeiro d’*O capital*, que a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de causalidades da “questão social”. Somente com o conhecimento rigoroso do “processo de produção capitalista” Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo.

A descoberta e a análise marxianas da *lei geral da acumulação capitalista*, sintetizada no vigésimo terceiro capítulo do livro

primeiro d'*O capital*, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de *corolário necessário* do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios deste desenvolvimento produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar.

A análise de conjunto que Marx oferece n'*O capital* revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a *exploração*. A exploração, todavia, apenas remete à determinação essencial da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer monocausalismo, a “questão social” implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos e culturais. Contudo, sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas implicações político-econômicas, sociais e humanas está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos.

A análise marxiana, fundada no caráter explorador do regime do capital, permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a “questão social”, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa.

A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precederam largamente a ordem burguesa); o que é distintivo deste regime é que a exploração se efetiva no marco de contradições e antagonismos que a tornam suprimível sem a supressão das possibilidades mediante as quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário – redução da produção de riquezas (ou seja, a produção de bens e serviços necessários à vida social, a produção de valores de uso).

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso.

A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem nada a ver com os desdobramentos de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade (uma “natureza humana” conclusa, dada para

todo o sempre); tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. Por isto mesmo, a análise teórica marxiana interdita qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo.

Provaram-no sobejamente, já no marco do estágio clássico do imperialismo, as transformações político-institucionais que o Estado burguês experimentou, incorporando demandas postas pelas lutas do movimento dos trabalhadores à dinâmica própria da organização monopólica (com a instauração das primeiras formas de políticas sociais), no processo antologicamente descrito (1949) pelo liberal progressista Marshall como constitutivo da moderna *cidadania*.

Na sequência da Segunda Guerra Mundial e no processo de reconstrução econômica e social que então teve curso, o capitalismo experimentou o que alguns economistas franceses denominaram de “as três décadas gloriosas” – da reconstrução do pós-guerra à transição dos anos 1960 aos 1970, mesmo sem erradicar as suas crises periódicas (cíclicas), o regime do capital viveu uma larga conjuntura de crescimento econômico. Não por acaso, a primeira metade dos anos 1960 assistiu à caracterização da sociedade capitalista – evidentemente desconsiderado o inferno da sua periferia, o então chamado Terceiro Mundo – como “sociedade afluente”, “sociedade de consumo” etc..

A construção do *Welfare State* na Europa Nôrdica e nalguns países da Europa Ocidental, bem como o dinamismo da economia norte-americana (desde a Se-

gunda Guerra, o carro-chefe do capitalismo mundial), parecia remeter para o passado a “questão social” e suas manifestações – elas seriam um quase privilégio da periferia capitalista, às voltas com seus problemas de “subdesenvolvimento”.

Praticamente só os marxistas insistiam em assinalar que as melhorias no conjunto das condições de vida das massas trabalhadoras, nos países capitalistas centrais, não alteravam a essência exploradora do capitalismo, que continuava a revelar-se através de intensos processos de pauperização relativa – apenas os marxistas e uns poucos críticos sociais, como Michael Harrington, que tinha a coragem de investigar “a pobreza, o outro lado da América”.

Na entrada dos anos 1970, porém, esgotou-se a “onda longa expansiva” (E. Mandel) da dinâmica capitalista, que garantiu mais de duas décadas de significativo crescimento econômico. À redução das taxas de lucro, condicionadas também pelo ascenso do movimento operário, que alcançara expressivas vitórias naqueles anos e nos imediatamente anteriores, o capital respondeu com uma ofensiva política (de início, basicamente repressiva – recorde-se o trato que ao movimento sindical brindaram a Senhora Thatcher e R. Reagan –, depois fundamentalmente de natureza ideológica) e econômica.

O que se seguiu é conhecido (trata-se do que se denominou “a restauração do capital”) e já foi objeto de larga documentação: a conjunção “globalização”/“neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital

não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra-mercado, da economia tem sido coroado de êxito. Erodiu-se o fundamento do *Welfare State* em vários países e a resultante macroscópico-social saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional”, “pós-fordista”, desvestiu a pele de cordeiro – e a intelectualidade acadêmica, a mesma que em boa parcela considera Marx o criador de um “paradigma em crise”, descobriu a “nova pobreza”, os “excluídos” etc. – em suma, descobriu a *nova “questão social”*.

Esta caricatural “descoberta”, nas condições contemporâneas, condições que tornam cada vez mais problemáticas as possibilidades de quaisquer reformas progressistas no interior do regime do capital, mostra-se, a despeito da sua eventual credibilidade acadêmica, com uma anemia teórico-analítica que somente é comparável à anemia das intervenções sócio-políticas que propõe como alternativas (a isto voltarei adiante). Do ponto de vista teórico, a noção de “*nova questão social*” não apresenta uma só determinação que resista ao exame rigoroso na esteira da crítica da economia política marxiana; do ponto de vista sócio-político, retrocede ao nível das utopias conservadoras do século XIX, proponentes de novos “contratos sociais” que restabeleçam vínculos de “solidariedade” no marco de comunidades ilusórias – uma “solidariedade” naturalmente abstrata (*transclassista*) e “comunidades” pensadas com o inteiro apagamento dos (novos) dispositivos de exploração.

De fato, inexiste qualquer *nova “questão social”*. O que se deve investigar, para além da permanência de manifestações “tradicionalis” da “questão social”, é a emergência de *novas expressões* da “questão social” que, na minha ótica, é insuperável sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica desta ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente; como já sugerí, a cada novo estágio do seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-políticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser.

O verdadeiro problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração. Uma tal determinação, se não pode desconsiderar a forma contemporânea que adquire a *lei geral da acumulação capitalista*, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e planetarizado daquela *lei geral*, objetivam-se particularidades culturais, geo-políticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a *lei geral* opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza.

Isto significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais especí-

ficas) que se cruzam e tensionam na efetividade social. Em poucas palavras: a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais.

Muito especialmente, a caracterização acima mencionada tem que levar em conta as profundas transformações socie-tárias emergentes desde a década de 1970, que redesenham amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo – está claro que, planetarizado, este capitalismo apresenta traços novos e processos inéditos.

Tais transformações estão vinculadas às formidáveis mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” e que chegaram a produzir as equivocadas teses do “fim da sociedade do trabalho” e do “desaparecimento” do proletariado como classe, mudanças que certamente se conectam aos impactos causados nos circuitos produtivos pela revolução científica e técnica em curso desde a metade do século XX (potenciada depois em seus desdobramentos, por exemplo, pela “revolução informacional” e pelos avanços da micro-eletrônica, pelos novos passos da biologia, da física e da química). Mas são transformações que desbordam amplamente os circuitos produtivos: elas envolvem a totalidade social, configurando a *sociedade tardo-burguesa* que emerge da *restauração do capital*. `

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto/processo restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das

relações de trabalho), “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital especulativo-financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os chamados “ataques especulativos” contra economias nacionais.

A “desregulamentação” e a “flexibilização” que o capital vem implementando hipertrofiam as atividades de natureza financeira (resultado seja da superacumulação, seja da especulação desenfreada), cada vez mais autonomizadas de controles estatal-nacionais e dotadas, graças às tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço-temporal. Simultaneamente, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada – a “fábrica difusa” –, que é fomentada em vários ramos, propicia uma “mobilidade” (ou “desterritorialização”) dos pólos produtivos, encadeados agora em lábeis redes supranacionais, passíveis de rápida reconversão.

Ao mesmo tempo, os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: *o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital* – e os economistas burgueses (que se recusam a admitir que

se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo) descobrem... o “desemprego estrutural”! De fato, o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado - e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da inssegurança no trabalho.

A tão celebrada “globalização econômica” vincula-se, não por acaso, a esta “financeirização” do capitalismo e à articulação supranacional das grandes corporações, mesmo que não se reduza a ambas – e vem acentuando o padrão de competitividade intermonopolista e redesenhando o mapa político-econômico do mundo: as grandes corporações imperialistas têm conduzido processos supranacionais de integração (os megablocos) que, até agora, não se mostram como espaços livres de problemas para a concertação dos interesses do grande capital (como as recentes fricções na Europa dita comunitária o estão provando). Grande capital que, levando ao limite os históricos processos de concentração e centralização, dispõe de um potencial de poder superior ao de boa parte dos Estados nacionais e opera o controle estratégico dos recursos necessários à produção de ponta.

Como assinalei, as transformações em curso envolvem a totalidade social. No que toca à estratificação social, verifica-se que a estrutura de classes da sociedade burguesa vem se modificando sensivelmente, inclusive com a desaparição de antigas classes sociais (é o caso do cam-

pesinato tradicional). Ocorrem alterações profundas, quer no plano econômico-objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ídeo-subjetivo do reconhecimento da pertença de classe (e sabe-se da unidade de ambos os planos na prática social).

No conjunto dos que vivem da venda da sua força de trabalho, está claro que a classe operária que fixou a sua identidade classista (sindical e político-partidária) enfrentando o capitalismo monopolista “clássico” experimenta mudanças significativas, afetada que é por diferenciações, divisões, cortes e recomposições – refratando as novas clivagens postas por alterações na divisão social e técnica do trabalho. Também se modificam as hierarquias e as articulações de camadas médias, “tradicionais” (como a pequena burguesia urbana) ou não. Aquele conjunto, hoje mais que nunca, é bastante heteróclito. E também há modificações nas camadas sociais situadas no que se poderia chamar de *rés do chão* da ordem tardo-burguesa, cuja existência vem sendo degradada progressivamente pelo capitalismo contemporâneo: a miríade de *segmentos desprotegidos*, que não podem ser sumariamente identificados ao *lumpem* “clássico”. Tais segmentos compreendem universos heterogêneos, desde aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, migrantes e refugiados, doentes estigmatizados (recordem-se os aidéticos pobres) até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (formal e informal).

Menos estudadas – por motivos facilmente conhecidos – são as classes e fran-

jas de classes que estão no topo da pirâmide da estratificação: os grandes capitalistas e o grande patronato, seus estrategistas e executivos transnacionais, seus grandes intelectuais. De qualquer modo, é legítimo afirmar que, independentemente de modificações e diferenciações internas (com novos conflitos e novas vias de ingresso em seus círculos – de que o “caso Bill Gates” é exemplar), os portadores e representantes do grande capital vêm estruturando uma *oligarquia financeira global*, concentradora de um enorme poder econômico e político. De fato, trata-se de um microscópico universo pessoal, que controla o conjunto das riquezas sociais e exerce uma determinante ação planetária que inclusive ladeia as instâncias democrático-formais consagradas no Estado de direito– controle e ação que, como o demonstra a experiência dos últimos anos, têm introduzido na cena pública um componente corruptor outrora impensável.

Tais mudanças no sistema de estratificação da sociedade burguesa contemporânea acompanham-se de alterações no perfil demográfico das populações, no processo de urbanização, no crescimento das atividades de serviço, na difusão da educação formal e nos circuitos da comunicação social (conduzindo ao ápice a *indústria cultural* analisada pela “Escola de Frankfurt”). Rebatendo na estrutura da família, tudo isto convulsiona os padrões da sociabilidade, para o que contribui, ainda, a emersão de dois “agentes sociais independentes” (Hobsbawm): as *mulheres* e os *jovens*.

As peculiares problemáticas femininas (nem sempre inteiramente recuperadas

pelos movimentos feministas), indo da opressão no espaço doméstico aos mais variados tipos de subalternidade/exploração no espaço público, irromperam pesadamente nos últimos cinco lustros. Graças especialmente aos esforços das vanguardas feministas, as demandas femininas ganharam um apelo emancipatório que, independentemente do alcance efetivo das suas conquistas, atravessa as práticas sociais como questões que já não podem ser ladeadas.

Quanto à juventude, que esteve na base da “revolução de costumes” dos anos 1960, ela passou – na escala em que as relações geracionais foram também grandemente redimensionadas – a constituir uma categoria social que adquiriu amplitude internacional, gerando inovações valorativas e rupturas com padrões de comportamento, frequentemente incorporadas (quando não induzidas) pela ordem do capital.

A dinâmica cultural do capitalismo contemporâneo, o *tardo-capitalismo*, é parametrada por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: a *translação da lógica do capital* para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos *meios eletrônicos* (a televisão, o vídeo, a multimídia).

Essa cultura incorpora as características próprias da *mercadoria* no tardo-capitalismo: sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediaticidade reificante. Embora à sociedade burguesa contemporânea não caiba legitimamente a identificação como uma “so-

ciedade de consumo”, a cultura que nela hoje se afirma é sem dúvidas uma *cultura de consumo*: ela cria a “sensibilidade consumidora” que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais – e, nela, a própria distinção entre realidade e representações é esfumada: promove-se uma *semiologia do real*, em que os significantes se autonomizam em face dos referentes materiais e, no limite, se entificam.

A imediaticidade da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como a realidade – e, não por acaso, a distinção epistemológica clássica entre *aparência* e *essência* é desqualificada (Boaventura de Sousa Santos). A realidade, na complexidade ontológica dos seus vários níveis, é apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário, que se tornam a pedra-de-toque da nova “sensibilidade”: o *dado*, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de “totalitarismo”.

Sabe-se a que me refiro: à tese segundo a qual, depois da segunda metade do século XX, pelo menos, exauriu-se o programa de Modernidade, fundado no capítulo iluminista do projeto ilustrado, configurando-se uma *mutação sociocultural estrutural*, que implicaria a anacronização dos padrões de análise (e das suas categorias teóricas) dos objetos socioculturais e dos projetos sociais modernos.

Vale dizer: de uma parte, teríamos uma “crise de paradigmas”, com a urgência da superação das “metanarrativas” (Lyotard) e das abordagens teóricas calçadas na categoria de totalidade; de outra, esta-

ria colocada a alternativa de só pensar a micro-política ou de encontrar novos referenciais para a ação sociopolítica.

O que se pode designar como *movimento pós-moderno* constitui um campo ídeoteórico muito heterogêneo e, especialmente no terreno das suas inclinações políticas, pode-se mesmo distinguir uma teorização pós-moderna de *capitulação* e outra de *oposição*. Do ponto de vista dos seus fundamentos teórico-epistemológicos, porém, o movimento é funcional à lógica cultural (Jameson) do tardo-capitalismo: é-o tanto ao caucionar acriticamente as expressões imediatas da ordem burguesa contemporânea quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionais).

Mas, por esta mesma funcionalidade, a retórica pós-moderna não é uma intencional mistificação elaborada por moedeiros falsos da academia e publicitada pela mídia a serviço do capital. Antes, ela é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, porém tomadas na sua mais epidérmica imediaticidade – como Terry Eagleton observou, o que os pós-modernos assumem como tarefa “criadora” (ou, segundo outros, “desconstrutora”) corresponde à própria estruturação fetichista da mercadoria e do tardo-capitalismo.

Essa funcionalidade está em maré-montante nos anos correntes também porque a dissolução de antigas identidades sociais (classistas), a atomização e a

pulverização imediatas da vida social, as novas “sensibilidades” produzidas pelas tecnologias da comunicação – tudo isso, mais as transformações já sinalizadas, erodiu os sistemas constituídos de vinculação e inserção sociais.

Não é um acidente, pois, que grupos, categorias e segmentos sociais se empeñhem na construção de “novas identidades” culturais, nem que busquem, dramaticamente, estruturar suas “comunidades”. A “cultura global” se movimenta entre a produção/divulgação/consumo mercantilizados de “artefatos globais” e a incorporação/consagração de expressões particularistas – movimenta-se entre o cosmopolitismo e o localismo/singularismo, entre a indiferenciação abstrata de “valores globais” e particularismos fundamentalistas. Quer no cosmopolitismo, quer no localismo/singularismo, há uma nítida desqualificação da esfera pública universalizadora.

Nessa cultura, parece vigorar a máxima segundo a qual “não há sociedade, só indivíduos”. É por isto que não se afigura exagerado observar que “a revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais” (Hobsbawm).

As transformações ocorrentes no plano político são igualmente notáveis e portadoras de novas problemáticas. Impactados pelas novas dinâmicas econômicas e sócio-culturais, sociedade civil e Estado da ordem tardo-burguesa modificam-se

nas suas esferas próprias e nas suas relações.

Na sociedade civil, enquanto a oligarquia financeira global se movimenta de maneira crescentemente articulada, encontrando e forjando canais e instituições para dar forma a seus projetos, as tradicionais expressões e representações das classes e camadas subalternas experimentam crises visíveis (pense-se na *des-sindicalização* e nos impasses dos partidos políticos democrático-populares e/ou operários), ao mesmo tempo em que emergem no seu espaço “novos sujeitos coletivos”, de que os chamados *novos movimentos sociais* são o sinal mais significativo. Tais movimentos, demandando *novos direitos* e aspirando a ampliações do estatuto de *cidadania* – que Marshall não imaginava coexistindo sem tensões com a estrutura de classes –, vêm vitalizando a sociedade civil e renovando pulsões democráticas. Na medida, contudo, em que a esses movimentos, até agora, não se imbricaram instâncias políticas capazes de articular e universalizar a pluralidade de interesses e motivações que os enfibraram, seu potencial emancipatório vê-se frequentemente comprometido (inclusive com a recidiva de corporativismos).

Também o Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um considerável redimensionamento. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras”: quando o grande capital rompe o “pacto” (Przeworsky) que suportava o *Welfare State*, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o

corte nos direitos sociais – programa tathcherista que corporifica a estratégia do grande capital de “redução do Estado”, num processo de “ajuste” que visa a diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista).

Entretanto, aquela redução, bem definida nas palavras-de-ordem que já assinalei e na sua prática – “flexibilização”, “desregulamentação” e “privatização” –, conecta-se ao próprio movimento da “globalização”. De uma parte, a magnitude das atividades planetárias das corporações monopolistas extrapola largamente os controles estatais, fundados na circunscrição nacional do Estado; de outra, dada a articulação privada daquelas atividades, torna-se limitada a intervenção estatal no nível macro-econômico. É evidente que o tardo-capitalismo não liquidou com o Estado nacional, mas é também claro que vem operando no sentido de erodir a sua soberania – porém, cumpre assinalar a diferencialidade dessa erosão, que atinge diversamente Estados centrais e Estados periféricos (ou mais débeis).

A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra-de-toque do privatismo da *ideologia neoliberal*: a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital”; nas palavras de Przeworsky, constitui um “projeto histórico da Direita”, dirigido para “liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia”.

Independentemente da viabilidade política de longo prazo desse projeto, há que constatar que ele conquistou, enquanto satanização do Estado, uma ponderável hegemonia: desenvolveu-se, a partir dele, uma “cultura política” anti-estatal – e ela não tem sido estranha às relações contemporâneas entre Estado e sociedade civil nem a certas formulações políticas que, renovando velhos equívocos anarquistas, pretendem-se “de esquerda”.

As corporações imperialistas, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo públicos, com a “desregulamentação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a “sociedade civil”, liberando-a da tutela do “Estado protetor” – e há lugar, nessa construção ideológica, para a defesa da “liberdade”, da “cidadania” e da “democracia”. E, com freqüência, forças imediatamente opositivas ao grande capital têm incorporado o anti-estatismo como priorização da sociedade civil e, também, como demanda democrática, do que decorrem dois fenômenos:

- 1) a transferência, para a sociedade civil, a título de “iniciativa autônoma”, de responsabilidades antes alocadas à ação estatal;
- 2) a minimização das lutas democráticas dirigidas a afetar as instituições estatais. As implicações da incorporação desse anti-estatismo (levado ao limite por Holloway) pelas forças opositivas pode significar não uma politização de novos espaços sociais (ou a repolitização de espa-

ços abandonados), mas a *despolitização* de demandas democráticas, numa quadra em que – precisamente pelas características das práticas neoliberais – as lutas pela democracia se revestem de maior importância.

Em pinceladas muito largas, este é o perfil com que a sociedade tardo-burguesa se apresenta na abertura do século XXI. As transformações societárias aqui assinaladas configuram uma série de inequívocas vitórias do grande capital.

Acabei de mencionar inequívocas vitórias do grande capital.

Do ponto de vista político, medidas de “ajuste” e “flexibilização/desregulamentação/privatização”, em muitos casos, foram chanceladas por mecanismos eleitorais dotados de legitimidade formal.

Do ponto de vista ídeo-cultural, contando com a maré-montante pós-moderna, os ganhos do capital não foram desprezíveis – contribuíram para conter e reverter os avanços dos anos 1960 e inícios da década de 1970, configurando o período aberto pelos anos 1980 como o de “um conservadorismo cada vez mais beligerante” (A. Cueva); a proposta socialista revolucionária foi acantonada, posta no bivaque das velharias da Modernidade (e não posso me deter aqui no peso que, para tanto, teve a crise terminal do “socialismo real”). E, do ponto de vista estreitamente econômico, a lucratividade das grandes corporações foi recuperada.

Tais vitórias, contudo, nada aportaram de favorável ou positivo – nem poderiam fazê-lo, ou não estariámos mais no qua-

dro do tardo-capitalismo – à massa dos vendedores da força-de-trabalho. Para além de não eliminarem o ciclo crítico da dinâmica capitalista (manifestado nas sucessivas crises abertas por aquela da Bolsa de Nova Iorque, em 1987, até a explosão de 2008, de que as recentíssimas expressões na Zona do Euro são a continuidade) e de não reverterem a curva própria da “onda longa recessiva” (nos países da OCDE, as taxas de crescimento permanecem medíocres desde 1980), tais vitórias do capital penalizaram fortemente os trabalhadores. Custaram-lhes, em primeiro lugar, seus postos de trabalho – o desemprego, tomadas as cifras mundiais, vem em crescendo desde os anos 1980. Custaram-lhes, em segundo lugar, mediante o aumento da exploração, compressões sobre os salários daqueles que conseguiram manter seus empregos, derivando em ponderável aviltamento do padrão de vida. Custaram-lhes, em terceiro lugar, um forte ataque aos sistemas públicos de segurança social.

E tais custos só podem ser devidamente contabilizados se se faz um balanço abrangente de mais de três décadas de “flexibilização” do tardo-capitalismo – e, aqui, o que se constata é que a pauperização absoluta e a relativa, conjugadas ou não, cresceram, mesmo que diferencialmente, *para a maioria esmagadora da população do planeta* (constatações verificáveis até nos documentos do Banco Mundial a partir de 1991 e nos vários relatórios do PNUD, especialmente a partir de 2005).

Os trabalhadores, como o demonstra uma experiência histórica bissecular, não

caminham bovinamente para o mata-douro. Acuados e postos na defensiva por uma complexa conjugação de processos de que não tiveram o controle (desde as transformações societárias referidas ao colapso do “socialismo real”), encontraram forças para uma *resistência* pontuada por ações de natureza dominante mente molecular, mas com episódios massivos – esta não é oportunidade para sequer registrar esta resistência; cabe, aqui, tão somente pontuar que as *lutas sociais*, ainda que defensivas, marcam e marcam a presença dos trabalhadores na contra-corrente política do período em tela.

E por uma razão claríssima: a “flexibilização” do tardo-capitalismo, levando a massa dos trabalhadores à defensiva e penalizando duramente a esmagadora maioria da população mundial, não resolveu *nenhum dos problemas fundamentais postos pela ordem do capital*. Mais ainda: diante da magnitude hoje alcançada por estes problemas – e expressa em três ordens de fenômenos: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre [...]; a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica, que nos afetará a todos” (Hobsbawm) –, todas as indicações sugerem que o tardo-capitalismo oferecerá respostas dominante mente *regressivas*, operando na direção de um novo barbarismo, de que as formas contemporâneas de *apartheid* social são já suficientemente nítidas. Tais respostas, todavia, retroagem sobre a “ordem da reprodução sociometabólica do capital” (Mészáros), afetando a viabilidade da reprodução do próprio tardo-capitalismo e trazem à superfície “a ativação dos limites absolutos do capital”.

Em síntese, nos últimos trinta anos, o modo de produção capitalista experimentou transformações de monta, que se refratam distintamente nas diversas formações econômico-sociais em que se concretiza e que exigem instrumentos analíticos e heurísticos mais refinados. Ainda que se registrem polêmicas acerca da natureza e das complexas implicações dessas transformações, bem como do ritmo em que levam o modo de produção capitalista a aproximar-se dos seus limites estruturais, duas inferências parecem-me inquestionáveis:

1^a. *nenhuma* dessas transformações modificou a essência exploradora da relação capital/trabalho; pelo contrário, tal essência, conclusivamente planetarizada e universalizada, exponencia-se a cada dia;

2^a. a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de *travagem e reversão* de todas as conquistas civilizatórias.

A primeira inferência revela-se mediante vários indicadores: as *jornadas de trabalho prolongadas* para aqueles que conservam seus empregos, a *intensificação do trabalho*, a enorme defasagem entre o crescimento das rendas capitalistas e o crescimento da massa salarial etc., resultando na extração articulada de mais-valia absoluta e relativa e na recuperação de formas de trabalho típicas dos primeiros momentos da instauração do capitalismo (trabalho a domicílio) e, mesmo, em formas de trabalho forçado e, em casos extremos, mas não tão excepcionais, escravo.

A constatação mais óbvia desse incremento da exploração aparece, em todos os quadrantes do mundo, nos mal-chamados fenômenos de “exclusão social”. Mas é a segunda inferência que me interessa aqui, posto que expressão da *barbárie* tardo-capitalista.

As concretas possibilidades civilizatórias da ordem do capital sempre estiveram presentes nas análises de Marx (e de Engels) – e a explícita determinação de tais possibilidades aparece com nitidez ao longo de toda a sua obra, dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, passando pela *Miséria da filosofia* e pelo *Discurso sobre o problema do livre-câmbio*, aos últimos textos autógrafos.

A gigantesca transformação do mundo operada pela burguesia revolucionária é objeto de um trato quase elegíaco no *Manifesto do partido comunista*; a instauração do capitalismo abre um extraordinário horizonte de desenvolvimento das forças produtivas, que permite a otimização da relação sociedade/natureza; a criação do mercado mundial instaura a alternativa do gênero humano tomar consciência da sua unidade (Lukács); viabiliza-se uma literatura universal; realiza-se a emancipação política dos homens e a ordem burguesa engendra a sua negação, isto é, a possibilidade concreta da sua superação, da superação da pré-história da humanidade, mediante o protagonismo de uma de suas criações, o proletariado – na revolução que abre o passo à sociedade fundada “na livre associação de livres produtores”, “onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”.

Mas as possibilidades civilizatórias da ordem do capital – como é próprio destas possibilidades em *toda organização societária embasada na existência de classes sociais* – foram apreendidas por Marx na sua imanente contraditoriedade: a “*missão civilizatória*” da burguesia realizou-se, ela mesma, por meios bárbaros. A análise da *acumulação primitiva* está longe de ser a mais exemplar das elaborações de Marx sobre a inextrincável dialética civilização/barbárie que se processa no marco da ordem do capital – basta evocar outras passagens d’*O capital* ou dos célebres manuscritos de 1857/1858, os *Gründrisse...*, para documentar que, na visão marxiana, desenvolvimento capitalista é avanço civilizatório fundado na barbárie, verificável *inclusive no tocante à destruição da natureza*. E se o otimismo revolucionário de Marx – nada utópico, antes sustentado pela sua apaixonada convicção teórico-política do êxito do protagonismo revolucionário do proletariado – levou-o sempre a apostar na solução positiva que a humanidade encontraria na ultrapassagem da sociedade burguesa, nem por isto está descartada a possibilidade da vitória da barbárie.

Ora, o que a mim me parece é que o último terço do século XX assinala o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital. Em todos os níveis da vida social, a ordem tardia do capital não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores e para a humanidade.

O fundamento último desta verdadeira mutação na dinâmica do capital reside no que o Prof. Mészáros vem caracteri-

zando como a especificidade do tardocapitalismo: a *produção destrutiva*, que presentifica a *crise estrutural do capital*. Todos os fenômenos e processos em curso na ordem do capital nos últimos vinte e cinco anos, através de complexas redes e sistemas de mediação – que exigem investigações determinadas e concretas para a sua identificação e a compreensão da sua complicada articulação –, estão vinculados a esta transformação substantiva. Eles afetam a totalidade das instâncias constitutivas da vida social em escala planetária.

Consequentemente, é largo o leque de fenômenos contemporâneos que indicam o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem tardia do capital – ou, para dizer-lo de outro modo, para atestar que esta ordem só tem a oferecer, contemporaneamente, soluções barbarizantes para a vida social. Poder-se-iam arrolar vários desses fenômenos, da *financeirização especulativa e parasitária* do tardocapitalismo e sua economia do *desperdício* e da *obsolescência programada*, passando pelas tentativas de centralização monopolista da *biodiversidade* e pelos *crimes ambientais* alcançando a esfera da *cultura* – aqui, jamais a *decadência ideológica* analisada por Lukácsatingiu tal grau de profundidade e a manipulação das consciências pela mídia atingiu tal magnitude (com todas as suas consequências no plano político imediato).

Para os objetivos desta comunicação, limitar-me-ei a duas alusões, que nos remetem à forma do enfrentamento contemporâneo da (velha e de suas novas expressões) “questão social”.

Sabe-se que a guerra foi, ao longo de todo o século XX, uma resposta auto-reprodutiva do capitalismo. Além de a guerra operar como uma saída provisória para as suas crises, mediante a destruição massiva de forças produtivas, as atividades econômicas ligadas à guerra – a *indústria bélica* – sempre constituíram um elemento dinamizador da economia capitalista (como o demonstraram, a seu tempo, inúmeros estudiosos marxistas), sem o qual as taxas de ociosidade industrial seriam insuportáveis e o desemprego nos países centrais alcançaria cifras altíssimas (Sweezy). No tardocapitalismo (ou, para usar da excelente caracterização de Samir Amin, no “capitalismo senil”), esta funcionalidade não só se mantém, mas se acentua, inclusive porque, na verificação de Chossudovski, “a guerra e a globalização caminham juntas”.

Entretanto, se a guerra, como tal, apresentou-se no século XX como um fenômeno que excedeu completamente o teatro e o âmbito dos *combates*, envolvendo muito mais para além deles, o que agora se verifica é que o belicismo passa a incluir as políticas de *segurança pública* em períodos de paz formal e se estende como *grande negócio capitalista privado* à vida na paz e na guerra, configurando a emergência da *militarização da vida social*.

É que, no marco do que L. Wacquant observou como sendo a substituição do “Estado de bem-estar social” pelo “Estado penal”, a repressão estatal se generaliza sobre as “classes perigosas”, ao mesmo tempo em que avulta a utilização das “empresas de segurança” e de “vigilância” privadas – assim como a produção industrial, de alta tecnologia, vincu-

lada a estes “novos negócios” (e não se esqueça do processo de privatização dos estabelecimentos penais). Tais empresas crescem 300% ao ano, desde 2001 – a maioria delas nos Estados Unidos.

A repressão deixou de ser uma excepcionalidade – vem se tornando um estado de guerra *permanente*, dirigido aos pobres, aos “desempregados estruturais”, aos “trabalhadores informais”, aos emigrantes, estado de guerra que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos (na lista dos países que atualmente possuem, em termos relativos, a maior quantidade de encarcerados no mundo, os quatro primeiros são os Estados Unidos, o Brasil, a China e a Rússia).

Trata-se de um *estado de guerra* permanente, cuja natureza se exprime menos no encarceramento massivo que no *exterminio* executado ou não em nome da lei – no Brasil, por exemplo, entre 1979 e 2008, morreram violentamente *quase 1 milhão de pessoas*, número que pode ser comparado ao de países expressamente em guerra, como Angola, que tardou 27 anos para chegar a cifra semelhante. Em poucas palavras: crescentemente, *parece* que só a hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês pode dar conta da *população excedentária* em face das necessidades do capital(Marx). Mas esta é apenas uma aparência.

De fato, à hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês conjuga-se outra dimensão, coesiva e legitimadora: o *novo assistencialismo*, a *nova filantropia* que satura as várias iniciativas – nacionais e supra-nacionais, estatais e priva-

das, mediante as chamadas “parcerias público-privado” – que configuram as políticas sociais implementadas desde os anos 1980/1990 para enfrentar o quadro da pauperização contemporânea, isto é, da “questão social”, “nova” e/ou “velha”.

Quer-me parecer que já não se está diante da tradicional filantropia (de base confessional e/ou laica) que marcou os modelos de assistência social que emergiram no século XIX nem, muito menos, diante dos programas protetores ou de promoção social que vieram a institucionalizar-se a partir do Estado de bem-estar social. A política social dirigida aos agora qualificados como *excluídos* se perfila, mesmo reivindicando-se como inscrita no domínio dos *direitos*, enquanto específica do tardo-capitalismo: não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência – conforme seu próprio discurso, pretende confrontar-se com a *pobreza absoluta* (vale dizer, a miséria).

O *minimalismo* desta proposição – gritante se comparado aos objetivos, aliás nunca alcançados, dos programas de proteção/promoção social elaborados e implementados no período das “três décadas gloriosas” atrás referidas – pode ser apreciado na “Declaração do Milênio” (2000), consensuada na *Organização das Nações Unidas*: através dos chamados “objetivos de desenvolvimento do milênio”, há a proposta/promessa de “libertar os nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições abjetas e desumanas da *extrema pobreza*” (itálicos meus); mais precisamente, a proposta é,

em 15 anos (ou seja, até 2015), *reduzir a extrema pobreza pela metade* – este é o primeiro objetivo do desenvolvimento do milênio: *reduzir em 50% a percentagem de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia.*

Apesar deste espantoso minimalismo frente a uma “questão social” maximizada, os vários relatórios sobre o “desenvolvimento humano”, regularmente preparados pelo PNUD, ainda que enfatizem “ganhos” deste programa, deixam claro que seus objetivos – reitere-se: minimalistas – dificilmente serão alcançados. Um observador tão experiente como Jean Ziegler, conhecido social-democrata suíço, não tem dúvidas em afirmar, em seu último livro, recentemente (2011) lançado no Brasil – *Ódio ao Ocidente* –, que nenhum dos seis “objetivos do milênio” apresenta indícios de realização; vai mais adiante e assevera que muitos deles oferecem mesmo indicadores de piora. Recordando que o primeiro “objetivo” prescrevia, em 2000, a erradicação da “pobreza extrema” e da “fome”, Ziegler escreve: “Em 2000, a FAO calculava em 785 milhões as pessoas grave e permanentemente desnutridas. Em 2008, já são 854 milhões e a cada cinco segundos morre de fome, no mundo, uma criança com menos de 10 anos”.

Pois é precisamente este minimalismo que tem factualmente caracterizado os vários programas que, por via de transferências de renda – “programas de rendas mínimas” –, têm sido implementados em alguns países capitalistas semi-periféricos e periféricos. A experiência de mais de três lustros, especialmente na América Latina, é muito pouco promis-

sora: na medida em que não se conjugam efetivamente com transformações estruturais (e esta é uma das condições políticas para que o tardo-capitalismo os suporte), tais programas, formalmente emergenciais, acabam por cronificar-se como basicamente assistencialistas.

Ora, a meu juízo, a articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” é que constitui uma expressiva face contemporânea da barbárie.

A dimensão bárbara inscreve-se no fundamento do modo de produção capitalista desde a sua gênese, mas combinou-se em escala diferencial, ao longo da explitação das suas possibilidades, com a dimensão civilizatória de que era originalmente portador. Quando tais possibilidades se explicitam plenamente – vale dizer, quando o sistema subsumido planetária e totalmente ao capital chega à sua curva descendente e objetiva a sua crise estrutural, expressando-se na efetividade do tardo-capitalismo –, a dimensão civilizatória se esgota e o sistema se revela como barbárie, *torna-se bárbaro*. Este é o estágio atual da ordem do capital.

A barbárie capitalista é omnilateral e polifacética – e é ubíqua: contém-se no arsenal termo-nuclear que pode aniquilar repentinamente todas as formas de vida sobre o planeta tanto quanto na lenta e cotidiana contaminação/destruição dos recursos hídricos, que pode igualmente inviabilizar a vida sobre a terra.

Entendo que uma das suas múltiplas faces contemporâneas é o *trato político-institucional* que confere às massas excedentárias aos interesses imediatos do capital – trato consistente na *articulação entre violência extra-econômica permanente e assistencialismo minimalista*.

Neste trato, estamos confrontados com processos e fenômenos qualitativamente diversos quer da combinação de borduna policial e confinamento dos pobres (recorde-se o capitalismo inglês vitoriano e as suas *work houses*), quer dos programas de promoção/integração social do Estado de bem estar social.

O que se tem é a *administração tardocapitalista da miséria* – com seus meios próprios, instrumentos *high-tech* e o seu exército de especialistas e operadores (com destaque para cientistas e tecnólogos). Uma amostra do que será o futuro – *se houver futuro* – imediato do tardocapitalismo.

A humanidade, porém, não está irremissivelmente condenada a sucumbir à barbárie. Ela *pode* superar a barbárie – mas dispõe de uma única via neste sentido: a superação das formas de sociabilidade fundadas no modo de produção capitalista, a ultrapassagem das organizações societárias assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção e na decisão privada sobre a alocação do excedente econômico.

Para não nos alongarmos, repõe-se agora como atual, *e de modo dramaticamente atual*, a opção expressa na antiga fórmula – socialismo ou barbárie.

Se a barbárie é a perspectiva *real e imediata*, o socialismo é uma *alternativa possível* – e o possível é também constitutivo do real, tem raízes na realidade. O estoque de conhecimentos e a massa crítica acumulados não são puros instrumentos da dominação do capital – podem ser mobilizados para a sua ultrapassagem. A barbárie constrange, retém e reverte as forças sociais que, no *mundo do trabalho* e no *mundo da cultura*, constituem objetivamente a negação da ordem tardocapitalista – mas não suprime tais forças. Nestes dois níveis – conhecimento e força social – radicam a possibilidade do socialismo.

Como articulá-los enquanto negação da ordem do capital e vetor criativo de uma outra ordem é o *problema central* (teórico-político e, pois, igualmente prático) do tempo presente e aqui não cabe mais que assinalá-lo. Seu equacionamento, e aqui me refiro especificamente às concepções teórico-práticas vinculadas à tradição marxista, depende de uma tríplice e sincronizada operação:

- a) *a renovação e o enriquecimento do nosso arsenal heurístico* – de fato, como queria o velho Lukács, um “[...] renascimento do marxismo [...]”, expurgado da herança stalinista e livre do doutrinarismo;
- b) *a construção de uma nova forma-partido*, capaz de articular as forças sociais (do trabalho e da cultura) com o núcleo duro do proletariado contemporâneo – qualquer que seja o processo de superação da ordem da barbárie, ele não dispensará o protagonismo organizado deste proletariado;

c) a expressa renúncia a propor o socialismo como uma ordem transicional que, sem burguesia, reitere traços do mundo burguês (produtivismo, consumismo, intimismo etc.) – a transição socialista significa a instauração de um novo estilo de vida social.

Sem a realização desta tríplice operação, caberia, como já fez alguém, alterar a antiga formulação: já não diríamos *socialismo ou barbárie* – diríamos *socialismo ou barbárie, se tivermos sorte*.

ⁱTexto-base da conferência pronunciada no VI Encontro Nacional de Política Social, realizado em Vitória (ES), de 28-30 de setembro de 2011, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).